

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA NO EXERCÍCIO DE 2017. Aos treze dias do mês de novembro do ano de 2017, às 19h, em segunda chamada, no Foyer do Teatro Municipal Brás Cubas, 3º andar, situado na Avenida Sen. Pinheiro Machado, 48, Vila Mathias, sob a presidência do **Sr. JÚNIOR BRASSALOTTI**; reuniram-se os conselheiros devidamente convocados, que assinam a lista de presença anexa, para a apreciação da seguinte pauta: 1) Verificação e aprovação da ATA da 7ª Reunião Ordinária de 2017. O presidente Júnior Brassaloti inicia os trabalhos com a leitura da Ata da assembleia ordinária de 16 de outubro com aprovação integral sem ressalvas. Em seguida, trata do encaminhamento do FESTES com a demanda do Sr. Andre Cajaíba, e solicita informações e esclarecimentos da Secretaria de Cultura. O conselheiro Vinicius esclarece que o Festes não foi realizado de forma apressada o evento e foi feito o agendamento prévio dos participantes do festival incluindo inclusive a esposa do Andre Cajaíba que ao que parece é professora do Colégio do Carmo. As datas previstas pelo Festival foram ampliadas de acordo com uma mudança que foi feita durante o processo, no meio do ano com revisão dos participantes e o relatório do festes chegou na última, sexta -feira, dia 10 p.p., e ainda não deu tempo de apreciá-lo, e por isso em uma próxima reunião apontarei os encaminhamentos. O presidente Júnior Brassaloti, pergunta para a Rosangela, de quando foi encaminhado a solicitação e a resposta foi que o envio se deu na reunião antepassada. O conselheiro Vinicius disse que na última vez que foi perguntada ainda não tinha sido concluído o relatório. Vocês tem alguma informação a respeito da verba de quanto foi destinado este ano, pergunta o presidente. O conselheiro Vinicius diz que de cabeça não saberia dizer mas pede que o Conselho encaminhasse esse pedido formalmente que ele apure. O conselheiro disse que a reunião teria sido em setembro e que o senhor Cajaíba teria dito uma organização muito precipitada e em cima da agenda. O conselheiro Vinicius apurará os fatos e verificará no relatório do Festes. O presidente também perguntou quem era o coordenador do evento e como foi feito o critério de escolha da coordenação do evento. O secretário Fábio Nunes diz que a organização foi o gabinete e quem sistematizou foi o Gustavo Natale. Afirmou ainda que não teve a parte técnica e não teve nenhum gasto extra e o coffee foi doado pelas escolas. Na verdade é um trabalho dos professores das escolas. Gustavo Natale cobriu o período férias de um funcionário e não coordenou o festival e só sistematizou de tal maneira que não existe a figura do coordenador e sim do sistematizador. A coordenação ficou por conta os professores de teatro das escolas particulares e públicas que se apresentaram. O presidente após a fala do secretário Fábio diz que espera este relatório mais amplo para dar este retorno ao pessoal porque é um festival muito importante e faz parceria com a educação. O secretário Fábio diz que o próprio meio teatral poderia ter uma aderência maior dando um caráter educacional. O presidente afirma que na reunião passada ficou a contribuição dos alunos da EAC participarem mais ativamente e para a gente estude esta possibilidade. O conselheiro João Paulo, segmento artes visuais, diz que em outras reuniões já foi levantado que a classe artística pudesse participar como também que a produção ficasse a cargo dos alunos da EAC. O presidente em seguida, aborda a questão dos peritos do Facult por conta de um trabalho bastante exaustivo. A conselheira Virginia apresenta que já há a algum tempo uma demanda da própria secretaria e do conselho em relação ao pagamento destes pareceristas que avaliam os projetos culturais e que por muito tempo com solicitação de alteração da lei para pagamento. No entanto afirma, que a Procuradoria fez consideração negativa, sendo inviável a solicitação. O secretário faz a consideração de que a secult entende pelo pagamento. O conselheiro Lincoln pergunta se desde do início pagou o avaliador por RPA. A conselheira Virginia afirma que a solicitação em processo não esta afeta ao pagamento por RPA e sim alteração da lei para pagamento por empenho ou outra forma legal de contratação e que não tem conhecimento de pagamento desta ordem. O conselheiro Jamir foi parecerista no primeiro Facult, primeiro e segundo e que não houve reumuneração, e que acha que pelo menos um deles teve remuneração via RPA mas não

sabe recordar em qual, porém que a fonte foi o próprio Facult. O conselheiro Lincoln entende importante considerar em ata que em algum momento houve o pagamento por RPA para os avaliadores do Facult. A conselheira Virginia aponta que o pedido e o pagamento por alteração da lei é para eventual pagamento nos termos de lei autorizativa. O conselheiro Lincoln aponta que seria necessário o encaminhamento para a Câmara com a deliberação do Concult para os vereadores sobre a possibilidade de pagamento tendo em vista a demanda excessiva de trabalho. O presidente aponta para construirmos uma carta / ofício com a valoração desses profissionais e a necessidade de remuneração desses profissionais. O conselheiro João discute que já foi conversado com a Secult e que pelo menos a organização fosse mais efetivada como, por exemplo não tínhamos todos os processos e assim agilizar e muito o processo de avaliação. O presidente aponta para um sistema online, digital. O conselheiro Lincoln diz que nos próximos os processos fossem encaminhados por e-mail. A conselheira Virginia diz que isso já está em análise e esta questão digital foi debatida com a possibilidade de ser digital e com cópia física. O conselheiro Vinicius diz que a colocação do João é pertinente porém o que houve foi que nem todos os artistas entregaram as sete cópias. Aponta que essas regras devem ser colocadas desde início para a concorrência seja para todos de forma igual. Os funcionários do Gabinete digitalizaram todos os projetos justamente para agilizar o processo e todos os avaliadores puderem ter acesso e com rapidez. A entrega do material deve ser igual sem embalagem diferenciada e sim em envelopes como já acontece. O presidente acompanha a discussão do Facult e destaca a questão dos valores do Facult, e pergunta ao conselheiro Vinicius sobre o Facult/2017. O secretário Fabião pede a palavra e diz que não há previsão de aumento e que inclusive os contratos da Secult foram alinhados com 15% a menos e com uma secretaria enxuta. É importante o Concult sinalizar o reajuste com ofício. Temos hoje R\$ 360.000,00 e que oscilam com a manutenção dos teatros. O Fabião aponta a necessidade de sinalizar, o registro para o reajuste. O conselheiro Lincoln solicita que a comissão do Facult encaminhe uma ata ou relatório dos que eles consideraram interessante dos pareceristas. O conselheiro Vinicius aponta que no 5º Facult não houve um relatório e sim uma reunião entre eu e o conselheiro Lincoln, que sistematizou algumas questões. Afirma ainda, que a previsão de publicação será para dezembro. O conselheiro João aponta uma questão que são pessoas do mesmo núcleo artístico e que tem uma cláusula no Facult que diz que pessoas que participam do mesmo núcleo artístico serão desconsiderados, e que isso representa uma natureza da classe artística justamente por ser uma cidade pequena. Lincoln aponta que apenas um foi desconsiderado e que a maioria entendeu a cláusula. Vinicius diz que depende de que ângulo a gente quer observar a cláusula que tudo foi fruto do relatório da comissão do 5º Facult justamente para maior participação e democratização de profissionais. Andre Rigotto aponta que seria interessante o que outros mecanismos de fomento existissem e que gostaria de saber sobre o Promifac. O secretário aponta que tiveram várias discussões sobre este assunto e que a Secult é favorável a uma legislação para todos, criando um fundo que fomenta todas as modalidades artísticas. O secretário diz que foi encaminhado para os setores competentes Sefin e Procuradoria. O Junior Brassalotti aponta que a Tammy Weiss é a autora, e que ela diz que a lei ainda não foi aprovada por que não passou pelo Concult. O secretário Fábio diz que talvez ela tenha se equivocado, um ruído de comunicação sobre este assunto. O presidente diz que o Conselho não leu a lei porque não tiveram acesso. O conselheiro Théo pediu que houvesse a discussão dessa lei no Conselho. O secretário diz que o importante é uma lei de fomento para todas as modalidades. A conselheira Virginia apresenta que a minuta teve como base o Promifac do Esporte, e ato contínuo nesse processo, a Sra Tammy encaminhou algumas sugestões que ela entendia interessante que passou ao secretário que autorizou que fossem incluídas. A lei atende a todas as modalidades artísticas sem nenhuma exclusão. No meio deste processo alguns outros encaminhamentos entraram no contorno deste processo que foi uma outra legislação sobre fomento. Hoje a lei foi encaminhada para a Sefin para a

viabilização legal e financeira com relação a renúncia fiscal de impostos. A Secretaria de Finanças precisa se posicionar sobre o recorte financeiro bem como a Procuradoria, e hoje estamos no aguardo da manifestação destes institutos. O presidente Junior vai solicitar via Concult a legislação referente ao Promifac para discussão na próxima reunião. O conselheiro Tex apresenta o decreto nº. 397, de 09 de novembro de 2017, de autoria do vereador Antonio Carlos Banha. A Seduc está consultando o secretário de Educação para saber sobre esta lei e verificarem o que farão tendo em vista o teor da lei e suas abrangências. É uma lei que envolve a Seduc e a Secult. O presidente Junior propõe uma moção de repúdio a lei. A conselheira Virginia propõe a união com outros setores. A conselheira Raquel aponta sobre o envolvimento da Secretaria de Saúde e pede para que seja verificado quem votou qual participação dos vereadores. O secretário Fábio aponta que como sugestão a possibilidade de uma carta de revogação da lei. Andre aponta que poderíamos ir até a Câmara para verificarmos a natureza da lei. A conselheira Raquel informa que na sequência tem o "Curta Santos" e o tema do festival é "Tabus" e convida a todos. O presidente dá continuidade a reunião e solicita a palavra com relação ao episódio Fabião Nunes (foto). A Sra Marina apresenta sua nota de repudio com relação ao episódio da foto envolvendo o secretário de Cultura. Leticia, do segmento Teatro e Circo pede a palavra e se dirige ao secretário Fábio, dizendo que o fato a deixou impressionada justamente por ele ser um professor, expondo uma mulher daquele jeito. Muitas pessoas viram aquela postagem, e o principal foi a resposta que não diz nada e foi ridícula. Ana Carolina Ferreira, segmento Circo, diz que não se sente representada pelo secretário de Cultura da cidade. "Eu me sinto desrespeitada e todas as minhas companheiras de luta também". O secretário Fábio se posicionou dizendo que cada pessoa teve uma percepção daquele ato de que num primeiro momento foi uma brincadeira mas que ele não é usuário das redes sociais e não minimizou o erro porque é uma pessoa de formação de professor de genética. Continua, dizendo que reconhece o erro e que fez uma retratação pública. "Compreendo a indignação da Ana", e que aqui é o guarda chuva da diversidade, a Secretaria de Cultura é muito importante. "Cheguei até aqui e não foi aleatório, e esse erro não sou eu. Eu até hoje estou depurando isso, a minha verdade e estava com meus familiares em um momento de descontração e publiquei a foto sem o cunho de machismo. Eu sou uma pessoa com 12 anos de parlamento. Eu não compactuo com o machismo e as pessoas pegaram carona nisso e isso, é o que mais me afeta hoje, e eu estou superando isso. Tem gente que quis me proteger dos posicionamentos de várias pessoas que me apoiaram e outras ainda tem uma entendimemnto diferente. O próprio governo fez uma interpretação de que a minha postura não estava de acordo com a do governo. Estou muito chocado com tudo o que aconteceu, nunca imaginei a dimensão que isso poderia ter tomado. Estou olhando as pessoas, olhando nos olhos, com as políticas públicas, essa ebbolição que a gente esta vivendo na cidade. E com vocês, mais uma vez, que ficaram chocadas e todas as outras pessoas, peço, mais uma vez, escusas, é um ato tipico da imperfeição humana".

O presidente Junior aponta que tem uma nota de repúdio. Junior diz que fica também o lado da omissão por parte do governo e também não temos uma mudança estrutural. Pede ao Conselho que a nota de repúdio inclua o governo. A conselheira Virginia pede que vote a nota de repúdio. O presidente Junior diz que estamos com quórum e abre para a votação dos conselheiros que deliberaram pela aprovação da nota de repúdio e omissão do governo. O conselheiro Theo entende que embora o Fabião não representa a foto postada, mas por ele ter um cargo público e por isso há uma responsabilidade. O conselheiro Tex apresenta que o Conselho não pode se omitir em relação a esta questão, no entanto não podemos fazer dessa moção um processo de linchação porque afinal de contas é a figura do sujeito público e a pessoa, então nesse aspecto é pedagógico e educativo. Carlos Cirne, é um simbolismo do ato e sou amigo do Fabião, porém outras pessoas devem saber sobre seu cargo. João Paulo aponta que essa nota de repúdio está sendo muito tarde e que o Fabião é uma figura pública. Aqui não é sacrificar o Fabião e sim tornar isso um

instrumento de luta e destacar a omissão do governo. Gostaria, ainda de sugerir, que a Secretaria de Cultura realize um ciclo de debates que seja organizado e gestado por mulheres e se discuta a questão do machismo e opressão das mulheres. Fabião disse que em função do que aconteceu a gente abriria uma discussão como um símbolo de debates e que não só por mim mas por todo o corpo de funcionários. Afirmando ainda que a pessoa que estava lá, e que postou a foto não era somente o secretário de Cultura, é também um pai e filho, que é indissociável do sujeito. Julio entende que há a liberdade de expressão, e é importante porque não podemos deixar de destacar a questão do machismo e que eu presenciei a minha mãe e a tia sendo estrupradas por um homem, e vê uma atitude dessa de uma pessoa pública, e essa nota tem que ser de repúdio para o Fabião e para o governo. O secretário Fabião se retirou para que os conselheiros se posicionassem de forma livre. A conselheira Virginia declara que é mãe, tenho uma filha mas diante de alguns atos de conotação política, social, procuro apurar o que de intencional é importante naquele ato. Quando assisti fiquei impressionada e triste. Mas agrego a esses os meus valores sobre este ato que traz uma série de informações agregadas. Nesse momento se mistura a pessoa Fábio que nunca me agrediu, nunca foi agressivo. Olhar para ele por um ato isolado que não o representa e sim na condição de toda a sua história como pessoa. A conselheira Raquel, se manifestou por dois motivos: como mulher manifestei em uma rede social, que o ato foi lamentável e tive uma conversa muito séria com o secretário Fábio. Eu expus o que eu achava e me senti violentada por ser mulher, porém conversei muito com o Fábio e entendi o que ele estava passando com uma crise de meia-idade. Eu conversei muito com o Fábio, com o prefeito, e ele sabe muito a minha posição, mas a minha posição por ter ouvido mas compreendido, eu me posicionei nessa questão. Ainda aponto que, nós da Cultura somos um time que tem um trabalho construído com um equipe e que seria leviano se nesse momento fizéssemos uma carta de repúdio, embora o fato tenha sido lamentável. Luis Dias, diz que ele vacilou embora não concorde com este tribunal de rede social e as pessoas falam uma coisa e na presença outra coisa. A ideia de discutir sobre o machismo e o homem também tem que trabalhar sobre isso. Ana Carolina diz que se relativizou o que o Fabião fez, e acho muito complicado utilizar o tipo de discussão que foi no âmbito pessoal, porém não sei se todo mundo interpreta como eu, pois o corpo de uma mulher foi exposto por um professor e secretário de Cultura. O corpo de uma mulher foi exposto publicamente e o mínimo é uma nota de repúdio. Esse pedido de desculpas para mim não adianta pois ele relativizou. E não podemos relativizar isso. Ingrid afirma que sempre pensa na construção social do indivíduo porém ele é pessoa pública. Continua dizendo que não podemos passar o pano pois trata-se de figura pública. Por isso sou a favor da nota de repúdio. Maria Tornatore diz que na minha casa meu filho presenciou eu apanhar várias vezes do pai dele, porém ele foi comigo na delegacia da mulher. Não tem relativização. Junior pergunta sobre a nota ser direcionada também para a administração, e mais uma vez a plenária deliberou por incluir a nota de repúdio também para o governo. Junior se posicionou acerca do relato do conselheiro João dizendo que a pauta atrasou sobre este assunto pois houve também ausência de conselheiros da sociedade civil. Em seguida, o presidente encaminha para a próxima pauta que trata dos pagamentos de serviços prestados à Secult via RPA, o conselheiro Theo questiona e pede que seja esclarecido pelo assessor Vinicius de valores que não batem com aquelas funções. Relata que é músico e conhece alguns valores que a prefeitura paga. As apresentações na Concha Acústica em relação ao ano passado eram R\$1.200,00 por grupo, porém houve um projeto chamado "Viva a MPM" em que foi pago R\$5.000,00 por apresentação segundo o site transparência por isso gostaria de saber o porque dessa diferenciação de valores. Eu participei do projeto e recebi conforme o cachê de R\$1.200,00, porém no site está R\$ 5.000,00 por apresentação, e portanto há uma diferenciação muito grande por apresentação. O conselheiro Vinicius vai apurar inclusive verificando se não há emendas parlamentares. O presidente Junior fará encaminhamentos para entender essa diferenciação de valores. O presidente pede uma cópia junto ao

conselheiro Theo para fazer os devidos encaminhamentos. Theo aponta ainda que existe uma série de pagamentos com valores altos para dois integrantes da Banda "Aliados" que são Gustavo Tavares da Mata Barreto (integrante da Banda de Rock Aliados) e Eduardo Cajado Golzi que estão disponibilizados no site, porém não estão disponibilizados as funções desses músicos. Alega ainda, que esses pagamentos foram feitos em varias datas, e por isso gostaria de saber o que eles fizeram nessas datas para receberam esses cachês. O conselheiro Vinicius disse que vai apurar. O conselheiro Theo aponta que a falta de dinheiro é grande, em especial na Secult, e por isso não entende valores muito altos para esses músicos sendo que já são integrantes de uma banda de rock conhecida, e não precisariam disso. O presidente Junior encaminhará para a Secult as questões apresentadas pelo conselheiro Theo. O presidente Junior encaminha, por fim, a adequação do Conculc ao modelo do PNC (inclusão de novos segmentos conforme o nosso território), porém verifica que o conselheiro que pretende fazer a inclusão não está presente. A conselheira Raquel aponta que esta questão poderia ser levantada novamente porque muitos conselheiros são novos e não sabem que discussão é. O conselheiro Vinicius concordou com a conselheira Raquel e disse que na próxima reunião seria importante uma fala mais clara para que todos saibam sobre esta adequação. O conselheiro Vinicius alertou ainda sobre o fato de se repensar sobre as pautas pois assuntos gerais tomaram conta do tempo do Conselho, deixando de verificar as questões mais importantes. O presidente Junior junto com a plenária decide deixar a pauta de adequação do Conselho de Cultura e vacância da cadeira de dança e movimento para a próxima reunião ordinária. O presidente ainda, fala sobre a matéria que saiu no Diário do Litoral, do dia 04 de novembro de 2017, sobre os teatros. O conselheiro Vinicius diz que as obras dentro dos teatros e fora são de responsabilidade da Secretaria de Serviços Públicos ou Secretaria de Obras. A Secretaria de Cultura não tem competência para a gestão de obras. Aponta ainda, que toda a equipe esta focada no Teatro Rosinha Mastrangelo. Houve a sugestão de colocar na próxima pauta de reunião sobre as obras nos teatros. A Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Cultura foi encerrada às 21h. Ficando convocada a próxima Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Cultura para o dia onze (11) de dezembro, às 18h30, em primeira chamada, e às 19h, em segunda chamada. Sem mais, eu, Virgínia Pires, redigi e digitei a presente ATA, que por mim segue assinada e pelo Sr. Júnior Brassalotti.

JÚNIOR BRASSALOTTI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

VIRGÍNIA PIRES

1ª SECRETÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

THEO DE SÁ GUIMARÃES CANCELLO

2º SECRETÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA